PRODUÇÃO DE ALHO NO BRASIL

De 1979 a 1986, a produção cresceu a uma taxa média anual da ordem de 12% e nesta safra alcançará cerca de 61 mil toneladas. Estímulos à lavoura interna se chocam com as importações, em especial quando estas se realizam em quantidades excessivas e/ou na mesma época das colheitas nacionais.

O alho é bastante utilizado como condimento, sobretudo *in natura*, e ainda, em escala bem menor, na forma de pó ou pasta, depois de submetido a processo de industrialização. Além disso, é empregado como planta medicinal e, em virtude também de suas propriedades antibióticas, ultimamente vem fazendo parte da composição de rações animais.

À semelhança de outras olerícolas, as plantações são, em geral, irrigadas e concentram-se em pequenas propriedades (cerca de 77% em áreas de menos de 10 ha, segundo o **Censo Agropecuário** de 1980). Demandam o emprego intensivo de mão-de-obra e de outros insumos, tais como sementes selecionadas, defensivos e fertilizantes, apesar de não existirem informações disponíveis para quantificar em que medida são utilizados. Também em termos de solo e clima, o cultivo é bastante exigente(1) e, por isso, apenas em determinadas épocas do ano, encontra condições ideais de desenvolvimento vegetativo. Por exemplo, nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, o pico da safra ocorre nos meses de agosto a outubro, enquanto, no Sul, a colheita se concentra entre meados de novembro e janeiro. Note-se que, em todo o país, a comercialização se estende, geralmente, de agosto a março, embora, dependendo da quantidade colhida e das condições de armazenagem nos estados do Sul (a temperatura fria e úmida dessa região propicia a estocagem por um longo período), as vendas do remanescente da safra podem prolongar-se por mais tempo.

Quase todas as unidades da Federação cultivam alho, mas Minas Gerais e Santa Catarina, que detiveram, respectivamente, 30% e 20% do total produzido no período 1980-86, lideram o plantio. A seguir, destacam-se Goiás e Rio Grande do Sul, com participações semelhantes, em torno de 11% do total, e São Paulo e Paraná, com 6% cada um. Em posição menos privilegiada, porém de grande importância por ser o maior produtor do Nordeste, encontra-se a Bahia, onde se concentram 5% da produção do país e, por último, o Espírito Santo, que, apesar de deter 4%, foi o estado que obteve a maior produtividade média(2) no período considerado (ver Quadro 01).

Atualmente, Santa Catarina, onde se destacam como principais produtoras as microrregiões de Campos de Curitibanos, Colonial do Rio do Peixe, Planalto de Canoinhas e Campos de Lages, é o maior produtor de alho, devendo contribuir com cerca de 29% da produção da safra 1986/87, ora em andamento. Além de produzir alhos precoces ou comuns, cuja época de safra ocorre entre setembro e novembro, esse estado passou a se distinguir na atividade notadamente a partir da introdução dos alhos tardios, tipo **nobre**(3), colhidos a meados de novembro a janeiro e em condições de competir com o produto importado. Além disso, o aumento da participação da produção catarinense deveu-se ainda aos estímulos do **Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Alho: 1980-84** (atualmente abrangendo o período 1986-90), que propôs um elevado percentual (acima do estabelecido para as demais regiões) para a expansão da cultura no Sul do país(4). Isto se deveu ao fato de a safra desta região, por ser a última a entrar no mercado, poder reduzir o período crítico do abastecimento, normalmente de abril a agosto. Conforme se observa no Quadro 01, a produção de Santa Catarina cresceu 164% no período 1980-86, em razão quase que exclusivamente do acentuado aumento do rendimento médio,

(1) Notadamente os alhos tardios, tipo **nobre**, desenvolvem-se melhor em terrenos mais altos, como os planaltos da região Sul.

(2) O rendimento médio da cultura de alho no Brasil ainda é muito baixo, quando comparado com o obtido em outros importantes países produtores. A saber, no período 1980-84, o **Egito** alcançou, em média, 29.167 kg/ha, enquanto os **Estados Unidos da América** e a **China** (maior produtor mundial) registraram, respectivamente, produtividades em torno de 13.667 kg/ha e 9.310 kg/ha.

(3) Dentre os cultivares nobres plantados no estado, destacam-se o **Chonan, Roxo Pérola de Caçador** e mais recentemente, o **Quitéria.**

(4) No **Planalho 1986-90,** de um total de 7.142 ha, foi estabelecido um percentual de 50% para a recuperação e expansão da área de cultivo do produto na região Sul, até 1990.

QUADRO 01 – BRASIL – ALHO – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO NOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES 1980-86

ESPECIFICAÇÃO	MG	SC	GO	RS	SP	PR	BA	ES	SUBTOTAL	OUTROS ESTADOS	BRASIL
ÁREA (ha)											
1980	3.970	3.544	810	1.773	129	790	575	215	11.806	546	12.352
1981	3.698	2.492	1.278	2.084	191	781	885	257	11.666	985	12.651
1982	5.002	2.585	2.915	2.095	810	1.375	1.333	547	16.662	1.673	18.335
1983	4.348	2.540	1.683	2.120	1.158	1.360	815	425	14.449	1.130	15.579
1984	3.046	2.149	947	2.028	892	919	651	254	10.886	949	11.835
1985	2.700	2.536	860	1.988	754	809	704	375	10.726	601	11.327
1986[1]	3.158	3.625	1.252	2.145	851	1.050	1.005	902	13.988	702	14.690
MÉDIA 1980-86	3.703	2.782	1.392	2.033	684	1.012	853	425	12.884	940	13.824
PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	26,8	20,1	10,1	14,7	4,9	7,3	6,2	3,1	93,2	6,8	100,0
PRODUÇÃO (t)											
1980	16.519	6.720	4.293	5.165	500	2.686	1.519	1.034	38.436	1.867	40.303
1981	15.777	7.905	7.283	5.592	895	2.730	3.075	1.197	44.454	3.680	48.134
1982	21.939	8.589	7.960	5.797	3.475	4.180	4.619	2.256	58.815	5.456	64.271
1983	19.284	9.724	7.812	5.889	5.176	3.580	2.526	1.800	55.791	2.760	58.551
1984	11.939	8.993	4.430	5.689	4.135	2.258	2.008	1.190	40.642	2.984	43.626
1985	10.788	13.021	4.980	5.768	3.515	2.490	1.905	1.869	44.336	1.852	46.188
1986[1]	12.993	17.763	6.360	6.321	4.089	2.835	3.220	4.484	58.065	2.445	60.510
MÉDIA 1980-86	15.605	10.388	6.160	5.746	3.112	2.966	2.696	1.976	48.649	3.006	51.655
PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	30,2	20,1	11,9	11,1	6,0	5,7	5,2	3,8	94,1	5,9	100,0
RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)											
1980	4.160	1.896	5.300	2.913	3.875	3.400	2.641	4.809	3.256	3.419	3.262
1981	4.266	3.172	5.698	2.683	4.686	3.495	3.475	4.658	3.811	3.736	3.805
1982	4.386	3.323	2.731	2.767	4.290	3.040	3.465	4.124	3.530	3.261	3.505
1983	4.435	3.828	4.642	2.778	4.470	2.632	3.099	4.235	3.861	2.442	3.758
1984	3.920	4.185	4.678	2.805	4.636	2.457	3.084	4.685	3.733	3.144	3.686
1985	3.996	5.134	5.791	2.901	4.662	3.078	2.706	4.984	4.134	3.082	4.078
1986[1]	4.114	4.900	5.080	2.947	4.805	2.700	3.204	4.971	4.151	3.483	4.119
MÉDIA 1980-86	4.214	3.734	4.425	2.826	4.550	2.931	3.161	4.649	3.776	3.198	3.737

FONTE – IBGE.

[1] **Estimativa de outubro.**

que evoluiu de 1.896 kg/ha em 1980 para 4.900 kg/ha em 1986, depois de atingir 5.134 kg/ha, em 1985.

Em Minas Gerais, que até 1984 detinha a hegemonia no cultivo brasileiro e é hoje o segundo produtor, a redução da produção teve como causa principal o desestímulo dos produtores, devido à desorganização da política de importações. Para se ter uma idéia mais exata, a área colhida, depois de ter atingido o recorde de 5.002 ha, em 1982 decresceu para 2.700 ha, em 1985. Esse ano, a produção mineira, concentrada nas microrregiões, Sul, Noroeste, Jequitinhonha e Metalúrgica e Campos das Vertentes, deverá representar aproximadamente 21% do total do país, colhidos entre agosto e outubro.

A produção brasileira, apenas nos anos oitenta ou, mais precisamente, a partir dos incentivos concedidos à cultura, através do lançamento, em

1979, do **Planalho 1980-84** (depois relançado para 1986-90) começou a experimentar impulso significativo, embora ainda seja insuficiente para atender o abastecimento interno durante o ano todo. Para suprir o déficit, tem-se recorrido permanentemente ao mercado externo. Contudo, excetuando-se os últimos dois anos, como as importações quase sempre foram realizadas em quantidades bem acima do necessário para estabelecer o equilíbrio no mercado e, também durante a comercialização da safra nacional, os produtores foram bastante desestimulados, resultando daí o principal entrave à expansão do plantio. De 1979 a 1986, a produção de alho no Brasil evoluiu a uma taxa média anual da ordem de 12%, em decorrência, sobretudo, do aumento de 8.472 ha para 14.690 ha da área de plantio (apesar do recuo observado nos anos de 1983 a 1985), uma vez que o rendimento médio, depois de registrar considerável aumento, a partir da segunda metade da década de setenta, apresentou pequena alteração no período 1979-86, melhorando apenas nas duas últimas safras (ver Quadro 02).

QUADRO 02 – BRASIL – ALHO – VARIAÇÃO ANUAL (%) DE ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO – 1974–86[1]

ANO	ÁREA	PRODUÇÃO	RENDIMENTO MÉDIO
1974	–11,0	–12,7	– 1,9
1975	–46,6	–46,9	– 0,7
1976	12,2	50,0	33,6
1977	3,2	4,2	1,0
1978	11,2	8,2	– 2,7
1979	20,0	30,5	8,8
1980	45,8	28,8	–11,7
1981	2,4	19,4	16,6
1982	44,9	33,5	– 7,9
1983	–15,0	– 8,9	7,2
1984	–24,0	–25,5	– 1,9
1985	– 4,3	5,9	10,6
1986	29,7	31,0	1,0

FONTE – IBGE.
[1] Estimativa de outubro.

Até 1979, a indefinição quanto à quantidade a ser importada (em 1979, chegou-se a importar 33.844 t de alho fresco ou refrigerado, gastando-se em divisas o equivalente a US$ 31,9 milhões/CIF, conforme se observa no Quadro 03) provocou freqüentes retrações da área, que acabou regredindo, dos 11.531 ha, em 1973 para 8.472 ha, em 1979. A produção só não acompanhou essa tendência, conseguindo crescer 5,6% a.a., no período 1973-79, devido ao acentuado aumento de 34% verificado no rendimento médio em 1976 (ver Quadro 02), quando foram introduzidas no país (principalmente nos estados do Sul, destacando-se Santa Catarina) as variedades de ciclo tardio e adotadas, gradativamente, técnicas mais avançadas de cultivo. Quan-

QUADRO 03 – BRASIL – IMPORTAÇÕES DE ALHO – 1970-86

ANO	FRESCO OU REFRIGERADO			EM PÓ, DESSECADO OU DESIDRATADO		
	Quantidade (t)	Valor (US$ 1000 CIF)	Preço Médio (US$/t-CIF)	Quantidade (t)	Valor (US$ 1000 CIF)	Preço Médio (US$/t-CIF)
1970	16.526	6.691	405	–	–	–
1971	21.130	12.585	596	6	11	1.833
1972	21.360	13.678	640	21	24	1.143
1973	25.943	21.181	816	37	56	1.514
1974	27.452	21.031	766	45	143	3.178
1975	28.037	22.287	795	9	30	3.333
1976	26.180	27.068	1.034	10	26	2.600
1977	33.295	45.081	1.354	4	10	2.500
1978	33.427	40.606	1.215	–	–	–
1979	33.844	31.858	941	–	–	–
1980	30.706	39.830	1.297	–	–	–
1981	21.063	34.851	1.655	–	–	–
1982	21.475	45.444	2.116	17	95	5.588
1983	16.318	14.303	877	–	–	–
1984	20.601	12.851	624	–	–	–
1985	17.343	11.435	659	–	–	–
1986[1]	2.989	5.254	1.758	–	–	–

FONTE – CIEF – Ministério da Fazenda.
[1] Acumulado até abril.

to à participação no consumo aparente, constata-se, de acordo com dados do Quadro 04, que, no período em análise, a produção nacional atendia em média a apenas 44,5%.

A partir de 1979, medidas governamentais de apoio, como a inclusão do alho na **Política de Garantia de Preços Mínimos** (Decreto nº 79.792, de 07/06/77) e, a seguir, a instituição do **Planalho 1980-84**, que, mediante a concessão de facilidades creditícias, previa a auto-suficiência do país no cultivo já em 1985, ao mesmo tempo em que estipulava a redução progressiva das importações, incentivaram os produtores à expansão do plantio, tendo contribuído para a criação da **Associação Nacional dos Produtores de Alho – Anapa**[5]. De 1979 a 1982, em decorrência destes estímulos, a cultura do alho apresentou um incremento de 116%, na área colhida e de 105%, na produção, enquanto a quantidade importada de alho fresco ou refrigerado diminuiu de 33.844 t para 21.475 t, não obstante o aumento verificado em termos de valor (ver Quadro 03).

Em 1982, quase se atingiu a auto-suficiência, com uma colheita recorde, da ordem de 64.271 t, que chegou a suprir praticamente 75% do consumo aparente, como demonstra o Quadro 04. No entanto, a autorização para importar justamente no pico da safra acarretou problemas de comercialização, revertendo, em parte, nos dois anos seguintes, a tendência de crescimento observada após o **Planalho.** Por outro lado, ainda nesse ano, apesar de bastante tumultuada, a comercialização foi estimulada pela aprovação das normas de identidade, qualidade e embalagem do alho (Portarias nº 89 e 147, respectivamente, de 07/04 e 08/06, de 1982) que, ao adotarem, com relação às classes, os padrões internacionais, tornaram o produto nacional perfeitamente competitivo com o importado. Note-se que, hoje em dia, a comercialização em réstias (ainda bastante utilizada, sobretudo na região Nordeste) é considerada abaixo do padrão, embora, nos anos setenta, tenha sido quase a única prática adotada, o que desvalorizava o produto nacional.

QUADRO 04 – BRASIL – ALHO – CONSUMO APARENTE E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS QUANTIDADES PRODUZIDAS E IMPORTADAS NO CONSUMO APARENTE – 1973-85

ANO	CONSUMO APARENTE (t)	PARTICIPAÇÃO NO CONSUMO APARENTE	
		PRODUÇÃO (%)	IMPORTAÇÃO (%)
1973	56.526	54,1	45,9
1974	54.164	49,3	50,7
1975	42.211	33,6	66,4
1976	47.434	44,8	55,2
1977	55.450	40,0	60,0
1978	57.402	41,8	58,2
1979	65.135	48,0	52,0
1980	71.009	56,8	43,2
1981	69.197	69,6	30,4
1982	85.746	75,0	25,0
1983	74.869	78,2	21,8
1984	64.227	67,9	32,1
1985	63.470	72,7	27,3

FONTE – IBGE e CIEF – Ministério da Fazenda.

Novamente, a área de plantio recuou em 1983 e, mais ainda, em 1984, quando foram liberadas importações bem acima das quantidades pré-estabelecidas. Na ocasião, o governo federal foi acusado de romper o acordo de quotas firmado em 1979. Com isso, acabaram sendo adquiridas no exterior, em 1984, cerca de 20.601 t, o que gerou excesso de oferta e conseqüente redução dos preços recebidos pelos produtores.

Em 1985, ao contrário do que vinha ocorrendo, o cumprimento das metas de quantidades importadas e dos prazos de entrada do produto conseguiu restabelecer o equilíbrio do mercado, permitindo a retomada do processo de aumento da produção[6], interrompido nos últimos dois anos. É importante observar que, antes de 1985, as importações de alho eram efetivadas não só na entressafra, mas ao longo de todo o ano. Até junho, as importações são tradicionalmente feitas dos países da **Associação Latino-Americana de Desenvolvimento Integrado (Aladi)**, destacando-se a **Argentina**, que entre 1970 e 1985, participou, em média, com 52% da quantidade adquirida. Já no segundo semestre, as importações costumam ser provenientes dos países considerados **Extra-Zona**, notadamente da **Espanha**, de onde foram comprados aproximadamente 33% do total importado no período considerado (ver Quadro 05).

Igualmente no corrente ano, os critérios e as quotas de importação[7], estabelecidos por ocasião do **VIII Encontro Nacional de Produção e Abastecimento de Alho** (realizado em maio, em Salvador/Bahia), vêm sendo até agora respeitados, apesar do atraso em

(5) Atualmente, a **Anapa** tem importância decisiva nas negociações entre os produtores, importadores e governo federal sobre a quantidade a ser importada e o período de **internalização** da mercadoria.

(6) Entre 1984 e 1985, a produção chegou a evoluir 6%, enquanto as importações diminuíram 16% (ver Quadros 02 e 03).

(7) Essas quotas, com prazo de **internalização** até 31/08 e, em parte destinadas também a importadores não tradicionais (desde que comercializem alhos nacionais), foram fixadas em 4 mil t do produto para junho, 3.500 t para julho e 2.500 t para agosto.

sua divulgação ter provocado redução da oferta do produto importado no mercado, em junho, e conseqüente elevação dos preços no atacado e no varejo (ver Quadros 07 e 08).

Por este motivo, ou melhor, estimulados por uma política de importações mais definida a partir do ano passado, que vem propiciando o bom desempenho da comercialização a preços remuneradores, os produtores voltaram a expandir o plantio. Depois de deprimidos durante vários anos, os preços recebidos pelos produtores evoluíram acentuadamente no ano em curso, conforme se verifica no Quadro 06, que se refere a Minas Gerais(8).

Enfocando mais detalhadamente a comercialização (ver Quadros 07 e 08), observa-se que nos dois mais importantes mercados atacadistas do país, a quantidade total comercializada do produto no primeiro trimestre deste ano (constituída nesta época basicamente por alhos nacionais) foi bem menor do que a registrada em igual período do ano anterior e, em conseqüência, os preços de atacado, apesar de se situarem em patamar um pouco inferior ao do final de 1985, continuaram elevados. Por outro lado, no período de abril a agosto, quando o alho importado costuma dominar o mercado e influenciar os preços(9), verificou-se, este ano, aumento da quantidade total comercializada em São Paulo (com exceção dos meses de junho, devido à demora na liberação das quotas de importação, e de agosto), embora no Rio de Janeiro o nível de comercialização tenha permanecido, também nesse período (salvo em julho), inferior ao de 1985. Já em setembro, quando aumenta o ingresso do produto da safra nacional no mercado, a quantidade total comercializada de alho, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, foi superior à de setembro do ano passado e os preços mostraram ligeiro sinal de arrefecimento. No Gráfico 01, pode-se visualizar melhor a participação do alho brasileiro e do importado na comercialização total nos mercados atacadistas de São Paulo e Rio de Janeiro, bem assim, a nítida distinção dos períodos de safra e entressafra, ou seja, quando o produto importado cede lugar ao nacional, e vice-versa.

Também nos segmentos varejistas de São Paulo e Rio de Janeiro, os preços, apesar de **congelados** em fevereiro (de acordo com o **Plano de Estabilização Econômica**) e, portanto, em época de alta, acompanharam com ligeiras oscilações a tendência observada nos mercados atacadistas destes estados (ver Quadros 07 e 08). Para conter os preços, a **Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab)** deveria ter incluído o alho na tabela

QUADRO 05 – BRASIL – IMPORTAÇÕES DE ALHO FRESCO OU REFRIGERADO, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES – MÉDIA DO PERÍODO 1970-85 E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL

PAÍS	QUANTIDADE (t)	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)
Argentina	206.911	52,4
Espanha	128.926	32,7
México	29.539	7,5
Chile	13.538	3,4
Peru	3.944	1,0
Uruguai	3.662	0,9
Subtotal	386.520	97,9
Outros países	8.180	2,1
TOTAL	394.700	100,0

FONTE – CIEF – Ministério da Fazenda.

QUADRO 06 – MINAS GERAIS – ALHO – PREÇOS[1] REAIS MENSAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES – 1985-86
(Cz$/kg)

MÊS	1985	1986	Δ% 85/86
Janeiro	12,63	26,54	110,1
Fevereiro	13,29	30,48	129,3
Março	13,64	36,59	168,3
Abril	17,31	40,86	136,0
Maio	24,70	43,21	174,9
Junho	34,82	47,11	35,3
Julho	35,75	47,84	33,8
Agosto	25,13	44,18	75,8
Setembro	21,78	38,30	75,8
Outubro	20,58		
Novembro	22,91		
Dezembro	26,99		

FONTE – Epamig.
1 Preços corrigidos pelo IGP-DI, para setembro de 1986.

(8) Esse estado foi tomado como representativo da situação, devido à dificuldade de obtenção de dados em outras importantes áreas produtoras.

(9) As cotações do alho importado sempre superaram as do brasileiro, a não ser no ano passado, quando em virtude da baixa qualidade do produto argentino, os preços do alho catarinense foram maiores.

QUADRO 07 – ESTADO DE SÃO PAULO – ALHO NACIONAL E IMPORTADO – QUANTIDADES COMERCIALIZADAS NO ATACADO E PREÇOS MÉDIOS MENSAIS[1] NO ATACADO E NO VAREJO – 1985-86

	ATACADO – CEAGESP – ENTREPOSTO TERMINAL								VAREJO PREÇOS MÉDIOS MENSAIS[2]	
	ALHO NACIONAL				ALHO IMPORTADO					
	Quantidade Comercializada (Cx 10 kg)		Preços Médios Mensais (Cz$/cx 10 kg)		Quantidade Comercializada (Cx 10 kg)		Preços Médios Mensais (Cz$/cx 10 kg)		Cz$/ (Pacote 150 g)	
MÊS	1985	1986	1985	1986	1985	1986	1985	1986	1985	1986
Jan	43.811	23.440	271,74	628,51	4.674	1.220	289,23	...	6,37	18,07
Fev	24.405	15.342	227,84	551,84	792	2.378	269,28	...	7,05	15,88
Mar	13.255	14.660	303,26	646,00	12.957	4.410	366,92	646,00	7,51	16,42
Abr	3.680	2.461	181,77	649,75	12.866	21.518	399,92	651,01	9,05	16,96
Mai	2.756	1.884	166,13	...	21.333	27.612	488,73	668,41	11,25	15,42
Jun	2.895	2.214	...	670,09	23.469	8.785	483,25	691,88	12,69	15,50
Jul	1.912	1.159	...	640,25	27.203	31.577	481,18	711,71	14,57	18,65
Ago	3.831	1.465	324,92	...	38.996	25.299	510,10	744,22	13,28	19,38
Set	4.691	2.361	293,44	...	9.134	17.587	579,23	699,42	12,92	18,99
Out	5.216		332,65		3.820		633,79		13,10	
Nov	3.164		568,51		4.035		883,29		14,75	
Dez	16.950		714,70		1.695		886,26		18,49	

FONTE – Atacado – CEAGESP – Entreposto Terminal
Varejo – Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.

[1] Preços corrigidos pelo IGP-DI, para setembro de 1986;

[2] referem-se à média das cotações do alho comercializado no mercado, independente de especificação quanto à origem do produto.

QUADRO 08 – ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ALHO NACIONAL E IMPORTADO – QUANTIDADES COMERCIALIZADAS NO ATACADO E PREÇOS MÉDIOS MENSAIS[1] NO ATACADO E NO VAREJO – 1985-86

	ATACADO – CEASA/RJ – UNIDADE GRANDE RIO								VAREJO PREÇOS MÉDIOS MENSAIS[2]	
	ALHO NACIONAL				ALHO IMPORTADO					
	Quantidade Comercializada (kg)		Preços Médios Mensais (Cz$/kg)		Quantidade Comercializada (kg)		Preços Médios Mensais (Cz$/kg)		(Cz$/kg)	
MÊS	1985	1986	1985	1986	1985	1986	1985	1986	1985	1986
Jan	242.270	239.480	24,50	68,76	71.650	450	28,13	...	35,77	99,24
Fev	199.640	141.880	24,15	57,82	17.410	...	...	...	36,14	85,12
Mar	50.110	124.840	27,67	63,38	291.830	82.810	36,91	59,95	43,64	85,28
Abr	7.470	77.110	28,15	60,30	327.990	133.400	37,13	60,30	53,62	86,85
Mai	16.330	34.700	...	...	248.740	161.250	50,31	58,96	62,08	87,28
Jun	...	25.610	...	...	433.160	76.360	47, 52	64,88	67,59	87,71
Jul	2.950	68.400	...	52,54	160.040	154.720	46,20	68,05	67,69	90,69
Ago	48.200	24.900	30,59	48,15	226.110	191.320	50,23	75,83	66,49	95,05
Set	66.430	58.130	26,09	42,86	25.900	92.850	54,88	73,26	68,57	97,20
Out	118.190		29,79		3.000		58,30		70,44	
Nov	152.630		61,27		8.000		96,15		80,95	
Dez	205.840		62,12		26.500		88,63		105,65	

FONTE – Atacado –CEASA/RJ;
Varejo – FGV/IBRE/DEE – Centro de Estatística Econômica.

[1] Preços corrigidos pelo IGP-DI, para setembro de 1986;

[2] referem-se à média das cotações do alho comercializado no mercado, independente de especificação quanto à origem do produto.

de produtos olerícolas há muito tempo, o que só se deu após vários adiamentos. A não-inclusão do produto na lista de setembro chegou a ser mencionada como justificativa para a demissão do superintendente da **Sunab**, mas serviu também para mostrar que os agentes envolvidos no processo de comercialização(10) e, sobretudo, de industrialização, pressionam o governo. Na lista de outubro, finalmente, passaram a constar os preços máximos para a comercialização do alho importado (geralmente mais caro do que o nacional) no atacado e no varejo, fixados em níveis inferiores aos que estavam sendo praticados no mercado.

Como resultado dos preços favoráveis e ainda incentivada pelo relançamento do **Planalho: 1986-90** e pela reforma econômica, a safra atual, estimada, em outubro, pelo **IBGE**, em 60.510 t, deverá aumentar 31% em relação à obtida no ano anterior.

Considerando-se, então, que desse total(11), excluídas as reservas para sementes (11.315 t) e a parte da produção destinada às indústrias (7.322 t), cerca de 41.873 t formarão a oferta de alhos comerciais (25.777 t destinadas ao mercado atacadista e 16.096 t para consumo nas próprias regiões de produção) é bem provável que o mercado interno permaneça abastecido com o produto brasileiro, por mais tempo, sobretudo porque a atual crise no abastecimento de carnes tem contribuído para a retração do consumo de alho. É justamente por essa razão que os produtores, principalmente os de Santa Catarina (onde é esperada uma safra de alhos **tardios** bastante expressiva, além de ser a última a entrar no mercado, juntamente com os outros estados do **Sul**), estavam na expectativa quanto às importações do próximo ano, embora tenham concordado com a aquisição de 6 mil t de alho fresco ou refrigerado, da **Argentina** a serem **internalizadas** entre 15/03 e 15/07/87, conforme ficou estabelecido no acordo firmado entre o **Brasil** e aquele país, em Montevidéu.

Portanto, tendo em vista o acentuado incremento previsto na produção desta safra, que até mesmo, ultrapassa em muito a meta de crescimento de 10% a.a. estabelecida no **Planalho**, parece que se chegou outra vez perto da auto-suficiência. No entanto, para não incorrer novamente em erros passados, o governo federal deve continuar dando especial atenção à política de importação, de modo que não prevaleçam os interesses dos grupos a ela ligados(12) que, de alguma forma, sentem-se ameaçados com a suspensão das compras externas.

Por outro lado, devem persistir os estímulos ao aumento, tanto da produção, em decorrência da expansão da área de cultivo e, também, da produtividade, quanto da disponibilidade de sementes ou **alho-planta** (principal componente a encarecer o custo da produção) e, ainda, ao prolongamento do período de safra (em especial a sulina), visando ao abastecimento ininterrupto do mercado interno apenas com alho nacional. Para a consecução de cada um destes objetivos, o **Planalho: 1986-90** propôs uma série de medidas, muitas delas já sugeridas na primeira versão deste **Plano**, destacando-se a intensificação de estudos e pesquisas em regiões, não só tradicionalmente, como potencialmente produtoras, a ampliação dos recursos creditícios para investimento em irrigação e drenagem para produção de **alho-semente** e a implementação do esquema de safras **solidárias**, baseado no ciclo dos cultivares e nas diferentes condições climáticas, dentre outras. Entretanto, resta saber se pelo menos parte destas medidas será levada a efeito e, nesse sentido, é muito importante a atuação dos produtores. Para se fortalecer como classe e, portanto, aumentar seu poder de negociação, os produtores precisam cada vez mais se unir, como já vêm fazendo através da **Anapa** e, agora, também das associa-



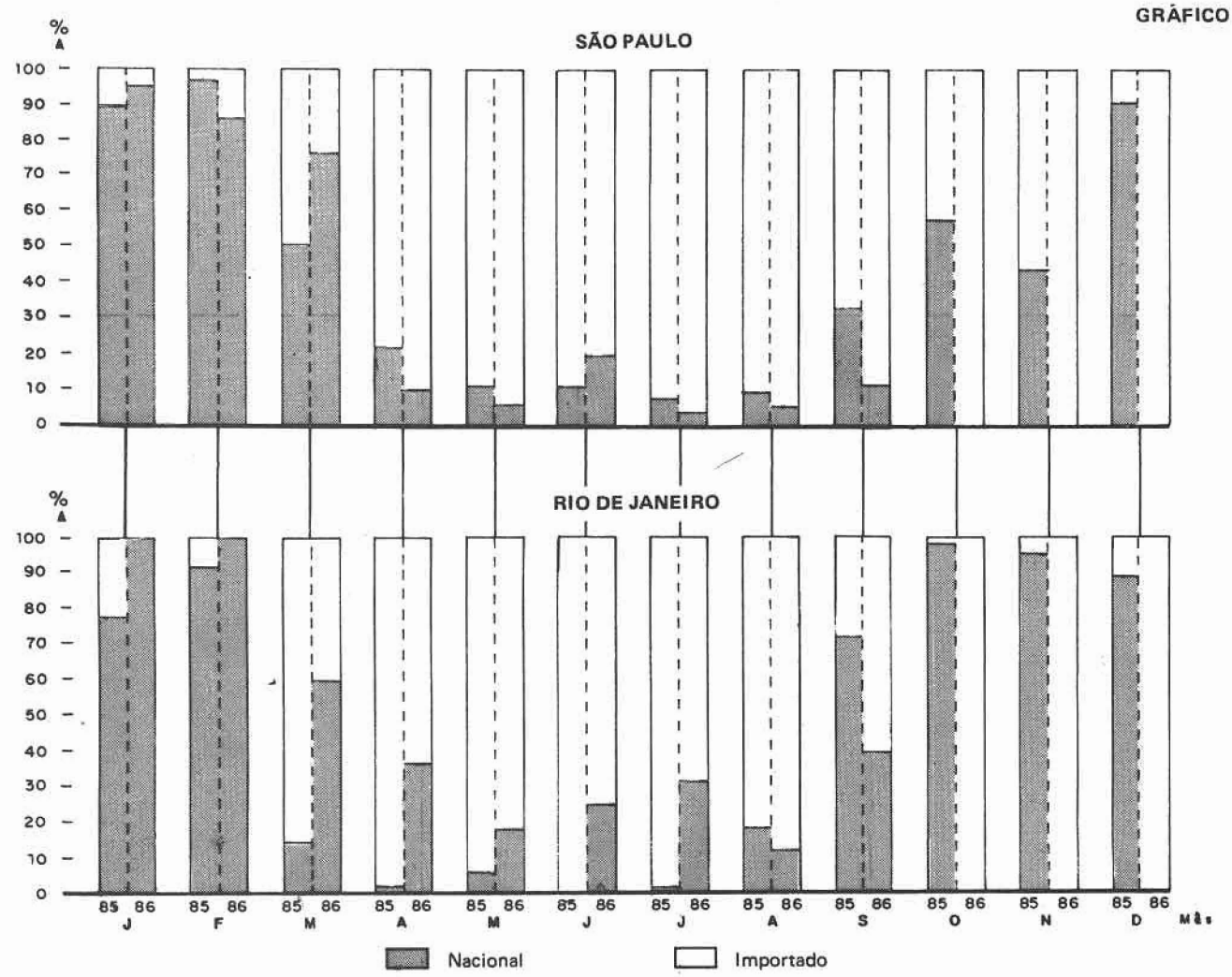
(10) A comercialização de alho, a exemplo da de outras olerícolas, é entravada por excessiva intermediação. Para se ter uma idéia, no caso do alho nacional, cerca de 73% da produção são entregues a intermediários, de acordo com o **Censo Agropecuário do Brasil**, de 1980.

(11) Para a divisão desse total foram observados os mesmos percentuais considerados no **VIII Encontro Nacional de Produção e Abastecimento de Alho** (nesta ocasião, a produção nacional estava estimada em 54.688 t).

(12) Constituem-se num oligopólio, embora parte das quotas de importação venha sendo atualmente aberta também a novos importadores, desde que, comprovadamente, já comercializem alho nacional.

ESTADOS DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO – PARTICIPAÇÃO MENSAL (%) DO ALHO NACIONAL E IMPORTADO NO TOTAL COMERCIALIZADO NOS MERCADOS ATACADISTAS – 1985 E 1986

GRÁFICO 01



FONTE – Ceagesp/Entreposto Terminal-SP e Ceasa/RJ – Unidade Grande Rio.
Obs.: Para 1986, os dados só estão disponíveis até setembro.

ções estaduais, como as que existem em seis estados (a exemplo da **Associação Catarinense dos Produtores de Alho – Acapa**, da **Associação dos Produtores de Alho de Minas Gerais – Apamig** e da **Associação Gaúcha dos Produtores de Alho – Agapa**) e as que estão em fundação em São Paulo e no Espírito Santo e, além disso, aumentar sua participação em cooperativas. Com exceção de Santa Catarina, onde perto de 59% da produção são entregues diretamente às cooperativas (destacando-se a **Cooperativa Regional Agropecuária do Planalto Catarinense – Cooperplac**), a comercialização da produção nacional pelas cooperativas é pequena, em torno de 14%, segundo o **Censo Agropecuário de 1980.**

Finalmente, faz-se necessário incentivar a industrialização e, por outro lado, ampliar o mercado, através de uma ampla campanha junto aos consumidores, para comprarem maiores quantidades de alho em pó e em pasta. Para proteger a indústria nacional, as importações de alho em pó, dessecado ou desidratado teriam que ser suspensas, bem como proibidas, definitivamente, as entradas do produto destinadas ao segmento industrial(13). Uma vez mais difundido, o consumo de alho industrializado viria estimular o aumento da produção nacional e diminuir as perdas decorrentes do prolongamento do período de armazenagem do produto *in natura*. Também teria a vantagem de reduzir a dependência do mercado externo.

(13) Note-se que o produto nacional é propício à industrialização e pode perfeitamente ser adquirido no pico da safra.